



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Rua Barão de Itapary, nº 227 - Bairro Centro
São Luís-MA, CEP 65020-070
(98) 2109-1000 - <http://huufma.ebserh.gov.br>

ANEXO I - Termo de Referência - SEI

Processo nº 23523.048349/2021-61

01 - OBJETO

1.1 - Constituição de Registro de Preços da EBSEH/Hospital Universitário da UFMA para aquisição de materiais de consumo **hipoclorito de sódio 10%, sacos plásticos, reagente para análise de cloro (ortotolidina), reagente para cloro livre (em sachês), solução padrão de condutividade 74 microsiemens/cm, soluções tampão pH 4, pH 7 e pH 10, solução de armazenamento KCl**, para suprir necessidade do Hospital Universitário da UFMA/EBSEH, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2 - A existência de preços registrados não obriga o Hospital Universitário da UFMA, a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do § 3º, do Artigo 66, da Lei nº. 13.303/2016 e do art. 16 do Decreto nº. 7.892/13, bem como na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Lei 10.024 de 20 de setembro de 2019.

02 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Trata-se da aquisição de material de consumo para uso do Hospital Universitário da UFMA/ EBSEH, de acordo com a estimativa média de consumo e com a devida autorização e aprovação da Autoridade competente, conforme consta no presente processo.

2.2 - Considerando a necessidade de se utilizar água tratada, dentro dos parâmetros rigorosamente controlados, e atendendo às exigências da Vigilância Sanitária, de acordo com o que determina a resolução RDC/MS nº11, de 13 de março de 2014 (água hemodiálise) e Portaria GM/MS Nº 888 (água para consumo humano), do MS/ANVISA, neste HUUFMA.

2.3 - Considerando a necessidade de aquisição de um hipoclorito de sódio 10%, sacos plásticos, reagente para análise de cloro (ortotolidina), reagente para cloro livre (em sachês), solução padrão de condutividade 74 microsiemens/cm, soluções tampão pH 4, pH 7 e pH 10, solução de armazenamento KCl para suprir a demanda de reposição e suporte das atividades assistenciais do HUUFMA, pois os mesmos são utilizados para a análise, desinfecção e purificação tanto da água para consumo humano quanto da utilizada na área de hemodiálise deste HUUFMA.

2.4 - Considerando que a referida aquisição é essencial para o funcionamento adequado de serviços prestados pelo HUUFMA, indispensável à manutenção da assistência à saúde dos usuários do SUS ao contribuir significativamente para a adoção da conduta médica adequada e para manter a água utilizada inserida nos parâmetros exigidos pela ANVISA é que justifica-se essa contratação.

03 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.1 - DETALHAMENTO DO OBJETO

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	V. UNIT.
1	343298	HIPOCLORITO DE SÓDIO 10% BOMBONA - TOLERÁVEL CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 10% E DIFERENTES APRESENTAÇÕES EM BOMBONAS, CONTANDO POR QUILOGRAMAS-UNIDADES - USO HOSPITALAR OU ASSISTÊNCIA À SAÚDE. SOLICITAMOS AOS FORNECEDORES: REGISTRO DO PRODUTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RELATÓRIO DESCRIVENDO OS ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM E CARACTERIZAM O PRODUTO E ESCLAREÇA AS SUAS PECULIARIDADES, FINALIDADES, MODO DE USAR, NAS INDICAÇÕES, ANÁLISES DE CONTROLE AO CONSUMIDOR (FICHA TÉCNICA), CONFORME PORTARIA Nº 15 DE 23.08.1988 E RDC Nº 14 DE 28.02.2007 DA ANVISA.	10.000	KG	
2	456476	SACOS PLÁSTICOS ESTERESIS PARA COLETA DE ÁGUA 120 ML - TAMANHO 13X19 CM, ESPESURA 076MM, COM PASTILHA DE TIOSULFATO DE SÓDIO	600	UN	
3	381897	REAGENTE ORTOTOLIDINA PARA ANÁLISE DE CLORO EM ÁGUA. REAGENTE PARA ANÁLISE DE CLORO (ORTOTOLIDINA), EMBALAGEM COM 25mL	40	UN	
4	381897	REAGENTES PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE FAIXA BAIXA EM SACHES, PARA USO COM MEDIDORES HANNA DE BANCADA OU PORTÁTEIS COMPATÍVEIS.	200	UN	
5	401481	SOLUÇÃO PADRÃO DE CONDUTIVIDADE 74 MICROSIEMENS/CM, EMBALAGEM COM 500 ML.	1	UN	
6	462006	KIT SOLUÇÕES TAMPÃO PH 4, PH 7 E PH 10, EMBALAGEM COM 500 ML.	1	FR	
7	375914	SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO KCL, EMBALAGEM COM 500 ML.	1	FR	

3.2 - É vedado efetuar acréscimo nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços. (Decreto 7892/2013. Art. 12, § 1º).

3.3 - Os valores estimados servirão apenas de subsídios ao agente da licitação para negociação com as licitantes na fase de avaliação das propostas e habilitação do certame, não constituindo qualquer compromisso futuro para com o HU-UFMA/EBSERH.

3.4 - As especificações claras e detalhadas dos bens ofertados deverão ser obrigatoriamente inseridas no campo destinado para esse fim, "Descrição Detalhada" do objeto ofertado disponível no sistema ComprasNet, sob pena de desclassificação.

3.5 - Caso haja discordância entre as especificações destes itens com aqueles do sistema ComprasNet (lista de itens), prevalecerá às especificações constantes neste Termo de Referência.

3.6 - O licitante participante deste pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item.

04 - PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A proposta de preços obrigatoriamente deverá estar acompanhada da especificação completa do produto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca, fazendo constar ainda:

- a) Nome comercial / marca;
- b) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias;
- c) Prazo de entrega do material não superior a 20 (vinte) dias corridos;
- d) Prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses .
- e) Apresentar ficha técnica do item licitado, apenas para o item 1 do Tópico 3 (DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO) deste Termo de Referência.

4.2 - Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme Encarte II.

4.3 - O licitante participante deste pregão não poderá, durante o envio das propostas, registrar quantidade inferior a 100% do quantitativo total estimado para cada item.

4.4 - Se a especificação do objeto contida na Proposta de Preços não atender às exigências do edital, a proposta será automaticamente desclassificada.

4.5 - Mesmo que a especificação do objeto contida na Proposta de Preços atenda às exigências do edital, a EBSERH/Hospital Universitário da UFMA, poderá solicitar apresentação de catálogo e/ou amostra, para a licitante afim de averiguação da conformidade do produto a ser fornecido com o exigido no edital. Caso a amostra não esteja em conformidade, a proposta será desclassificada.

4.6 - As amostras, quando solicitadas, serão encaminhadas ao Hospital Universitário da UFMA, endereçadas à Unidade de Licitações/EBSERH/HU-UFMA, a título de doação, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, após o comunicado através do sistema Comprasnet, para avaliação de sua conformidade aos requisitos editalício.

05 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 - Documentos complementares para a habilitação técnica

a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da **apresentação de atestados** fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

b) Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com o objeto licitado, emitido pelo Serviço de Vigilância Sanitária, dentro do prazo de validade em nome do licitante;

b.1) Em caso da Licença Sanitária vencida, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação (protocolo) de revalidação, acompanhada da cópia da Licença Sanitária vencida. A não apresentação implicará na desclassificação da licitante (Art. 22, parágrafo 1º e 2º do Decreto 74.170 de junho de 1974);

c) Certificado de Registro dos Produtos emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro do prazo de validade em nome do fabricante, quando for o caso;

c.1) - Em caso de registro do produto vencido, a licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível da solicitação de sua revalidação (Petição I e II), acompanhada da cópia do registro vencido. A não apresentação do registro do produto e do pedido de revalidação (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.

d) Autorização de funcionamento expedida pela Agência Nacional da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA) em nome do licitante, dentro do prazo de validade, **exigido apenas para o item 1 do Tópico 3 (DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO) deste Termo de Referência.**

e) Certificado de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente, dentro do prazo de validade em nome do licitante, **exigido apenas para o item 1 do Tópico 3 (DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO) deste Termo de Referência.**

f) Caso a licitante não esteja sujeita aos documentos exigidos nos itens b e c, a mesma deverá apresentar carta/declaração de isenção.

06 - OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

6.1 - O licitante vencedor obrigar-se-á:

6.1.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ofertados.

6.1.2 - Efetuar a entrega do (s) produto(s) em perfeitas condições de uso e prazo estabelecido, de acordo com as especificações e quantidades constante do Tópico 3(DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO), **no prazo indicado no subitem 8.1 do Termo de Referência**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, constando as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência.

6.1.3 - Substituir às suas expensas no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da notificação expedida pela EBSERH - Hospital Universitário da UFMA, o material caso se constate avarias, defeitos, prazo de validade vencido ou em desacordo com as especificações do Edital.

6.1.4 - Comunicar a EBSERH - Hospital Universitário da UFMA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega previsto.

6.1.5 - Fornecer produtos novos e de primeiro uso acompanhados dos manuais técnicos, quando for o caso, na versão em português e relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.6 - Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

6.1.7 - Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

6.1.8 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.9 - Fornecer os materiais de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

6.1.10 - Cumprir as orientações do Decreto nº 4.746 de junho de 2012, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, no que couber.

6.1.11 - Responsabilizar-se por todas as despesas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros custos diretos e indiretos que incidam ou venham a incidir sobre os produtos ofertados e instalação dos mesmos.

6.1.12 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos, em que se verificarem imperfeições, defeitos, incorreções ou que vierem ser rejeitados pela CONTRATANTE.

6.1.13 - Responsabilizar-se solidariamente pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam ou que lhes diminua o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da embalagem, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

6.1.4 - Informar na nota fiscal a descrição detalhada do objeto fornecido pela empresa, de acordo com as especificações descritas na Ordem de Fornecimento e em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência. Anexar à nota fiscal, uma cópia da respectiva nota de empenho.

6.1.15 - Manter sempre atualizado o seu endereço, telefone, fax, e-mail e meios de contato junto à CONTRATANTE.

6.1.16 - Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.1.17 - Manter, obrigatoriamente, durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório.

6.1.18 - A empresa deverá cumprir todas as obrigações do encarte I- Lei Geral de Proteção de Dados ([17972556](#)).

07 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento do material a cargo da licitante vencedora.

7.2 - Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7.3 - Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar as obrigações do licitante vencedora, através do Servidor designado pela Autoridade competente do HUUFMA.

7.4 - Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o licitante vencedor.

7.5 - Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado;

7.6 - Enviar eletronicamente, por e-mail, a ordem de fornecimento emitida em favor do fornecedor, ou quando da impossibilidade de comunicação citada anteriormente, o encaminhamento do empenho será feito por outros meios;

7.8 - Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do fornecimento;

7.9 - Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente à execução do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras e outras que venham a ser emitidas mesmo após a celebração da Ata de Registro de Preços;

7.10 - Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências da contratação;

7.11 - Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

7.12 - Solicitar à CONTRATADA a retificação de qualquer fornecimento de material cujo padrão de qualidade esteja fora das especificações contidas no Termo de Referência;

7.13 - Comunicar à CONTRATADA, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do objeto, realizados para que a mesma adote medidas indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado, conforme objeto constante no edital e seus anexos;

7.14 - Exigir da empresa CONTRATADA integral responsabilidade pela boa execução e eficiência no cumprimento do objeto, mormente no que se refere ao fornecimento dos materiais licitados;

7.15 - Assegurar as condições necessárias para capacitação sobre a correta utilização dos dispositivos de segurança dos materiais perfuro cortantes, prevista na Portaria MTE nº 1.748/2011;

7.16 - Observar para que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sejam mantidas, pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

08 - ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

8.1 - A entrega do(s) material(is) deverá ser efetuada no **Almoxarifado Central do Hospital Universitário da UFMA, em até 20 (vinte) dias corridos a partir do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento**, no seguinte endereço: **Rua Barão de Itapary, 227 – Centro – São Luís (MA)**, no horário das **08:00 às 11:00 das 14:00 às 16:30 horas, nos dias úteis**.

8.2 - O recebimento será efetuado nos seguintes termos:

8.2.1 - Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade do(s) material(is) apresentados com as especificações constantes do Anexo I, deste Edital, limitando-se a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canhoto e no verso da Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.

8.2.2 - Definitivamente – no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, por Comissão / Servidor designado pela Autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material entregue de conformidade com o exigido neste Edital.

a) Em caso de conformidade, a Comissão / Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais, no verso da Nota Fiscal e a encaminhará ao Setor de Contabilidade do Hospital Universitário da UFMA, para fins de pagamento.

b) Em caso de não conformidade, a Comissão / Servidor designado devolverá Nota Fiscal / Materiais, para as devidas correções.

8.3 - Prazo de validade dos materiais não deve ser inferior a 12 (doze) meses a partir da entrega.

8.4 - Os produtos deverão apresentar quando da entrega, registrados em suas embalagens os seguintes dados: **data de fabricação; data de validade do produto, lote de fabricação, as embalagens violadas serão rejeitadas**.

8.5 - O material entregue deverão estar acondicionados de forma compatível para a sua conservação, em embalagens de fábrica, lacradas pelo fabricante. A exceção quanto ao lacre da embalagem, será para aqueles produtos comprados em quantidades inferiores a menor embalagem expedida pelo fabricante.

8.6 - O fornecedor ficará obrigado a substituir, no prazo máximo de 10 (Dez) dias úteis, independente da aplicação das penalidades cabíveis, sem ônus para a Instituição, o produto que vier a ser recusado, podendo o produto submetido a exame técnico.

09 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes desta contratação, correrão por conta dos recursos provenientes do Orçamento Geral da União, a cargo do HU-UFMA/EBSERH cujo elemento de despesa específico deverão constar nas respectivas notas de empenho e expressamente indicados no presente processo pela Divisão de Administração Financeira.

9.2 - De acordo com Art. 34 da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e Art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, o valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa.

10 - PAGAMENTO

10.1 - O HU-UFMA/EBSERH efetuará o pagamento à licitante vencedora **em até 30 (trinta) dias**, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADA, depois de certificado o recebimento definitivo, com a verificação da qualidade e quantidade, e sua consequente aceitação, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), modelo 55, conforme cláusula segunda, inciso I, do Protocolo ICMS n.º 42/2009, editado pelo Conselho Nacional de política Fazendária (CONFAZ) da Receita Federal do Brasil (RFB), devidamente atestada devidamente atestada pelo setor requisitante dos materiais e Aceite de Material Médico-Hospitalar e pela Unidade de Almoxarifado do HU-UFMA/EBSERH, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos;

10.2 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.3 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4 - Antes do pagamento, a Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, anexando os resultados ao processo de pagamento. Serão efetuadas as seguintes consultas:

10.5 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

10.6 - Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN);

10.7 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);

10.8 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

10.9 - Certidão Negativa de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

10.10 - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

10.11 - Constatando-se, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência ou situação de irregularidade, a Contratante notificará a Contratada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

10.12 - Na hipótese de obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, caso a autoridade competente não acate a justificativa apresentada em defesa, será realizada a compensação entre o crédito e o débito, nos termos do art. 368 do Código Civil, efetuando-se o pagamento do resultado, se houver.

10.13 - Persistindo irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do registro e preços da Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.14 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento do registro de preços, caso o contratado não regularize sua situação.

10.15 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima da Contratante, não será cancelado o registro da Contratada em situação de irregularidade.

10.16 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.17 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento sem retenção ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, ou informação em documento fiscal de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.18 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

10.19 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = TX / 365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

11 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1 - Os materiais a serem fornecidos deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, no que couber;

11.2 - Declaração de Sustentabilidade conforme Encarte II.

12 - DAS SANÇÕES

12.1 - A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a rede Ebserh, nos termos do artigo 113 do RLCE, poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

12.1.1 Não execute total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.1.3 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.4 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a rede Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

12.1.5 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

12.1.6 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.7 Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

12.1.8 Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

12.1.9 Não mantiver a proposta;

12.1.10 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.11 Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

12.2 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

12.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.4 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I- Advertência - a ser aplicada pelo Contratante, por escrito, independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas, inclusive das recomendações ou determinações da fiscalização do **HU-Ufma/Ebserh**;

II- Multa, na seguinte forma:

a) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor do material não entregue, por dia de atraso, no caso de descumprimento do prazo previsto para entrega;

b) de 0,2% (dois décimos de ponto percentual) do valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de não devolução de referido documento devidamente assinado no prazo previsto;

c) de 0,5% (meio ponto percentual) do valor total da proposta, no caso de cancelamento do item, após a emissão da Nota de Empenho;

d) de 1,0% (hum por cento) do valor total da proposta, no caso de cancelamento da Nota de Empenho;

e) de 1,5% (hum e meio por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto contratado.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Ebserh ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I e III do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da instauração do processo administrativo para apuração de descumprimento de obrigação contratual, nos termos do § 2º do artigo 82 da lei 13.303/16, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e, subsidiariamente, da Lei nº 9.784/99.

§ 3º Poderá ser emitida GRU – Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela contratada.

12.5 - Atrasos cujas justificativas sejam aceitas pelo Contratante e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente poderão, a critério deste, ser isentos total ou parcialmente da multa.

12.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF** e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a administração, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.

12.7 - As penalidades que gerarem aplicação de multas **quando inferiores ou iguais ao valor de R\$ 10,00 (dez) reais serão abonadas**, conforme decisão da Superintendente do **HU-Ufma/Ebserh**.

12.8 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.

12.9 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.10 - Cabe ao Órgão Participante, conforme Decreto nº. 7.892/2013, art. 6º, Parágrafo Único, aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12.11 - Compete ao Órgão Não Participante, conforme Decreto nº. 7.892/2013, art. 22, § 7º, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

12.12 - Às licitantes será aplicada, quando necessário, a Norma Operacional – SEI nº. 2/2021/SL/CAD/DAI-EBSERH, disponível no sítio <http://bityli.com/ICDdR>. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, voltado à aplicação de sanções administrativas às licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

14 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

14.1 Ao fiscal, designado pela autoridade competente do Contratante, compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a entrega, bem como dirimir quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, os quais de tudo darão ciência à Contratada.

14.2 A FISCALIZAÇÃO não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da HUUFMA ou de seus agentes e prepostos.

14.3 A Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15 - RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 Para os casos de rescisão contratual, deverá seguir a Lei 13303/2016 e o Título IV "Dos Contratos e Convênios" Capítulo III "Das sanções e da Rescisão do Contrato" Seção II "Dos casos de rescisão do contrato" do Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

16 - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892/2013, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.

17 - REAJUSTES

17.1 Para a aquisição objeto desta licitação, os preços são fixos e irreajustáveis;

18 - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação

exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19 - DA UTILIZAÇÃO DO SRP

19.1 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Decreto nº 7.892, de 2013.

19.2 A vigência da ata é de 12 (doze) meses, sem possibilidade de prorrogação.

19.3 A adesão às atas de registro de preços vigentes, deverão obedecer ao disposto no Decreto 7.892/13, que traz:

"Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão."

19.4 Deverá ser observada, ainda, o contido na Lei 13.303/2016, que dispõe:

"Art. 66. O Sistema de Registro de Preços especificamente destinado às licitações de que trata esta Lei reger-se-á pelo disposto em decreto do Poder Executivo e pelas seguintes disposições:

§ 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º desta Lei."

19.5 Optou-se por permitir a adesão por entender que, desta forma, poderia estar aumentando o interesse das empresas fornecedoras em participar do Pregão e, consequentemente, alimentar a competitividade entre os participantes, o que, em tese, acarretaria preços mais baixos e compras mais efetivas. Além disso, a adesão, desde que atenda aos critérios de planejamento, é hoje uma importante alternativa de compra para a Administração, atendendo aos princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

20 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

20.1 Não haverá exigência de garantia para a presente contratação.

21 - DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

22 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS EM COMUNS

22.1 Os bens objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

22.2 Os bens adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos Art. 3º, inciso II do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019.

23 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

23.1 Para a aquisição de materiais de consumo, será adotada a licitação na modalidade de pregão eletrônico, que será regido, na fase externa, pela Lei número 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Rede Ebserh e pelo Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019.

23.2 A descrição da solução como um todo, abrange o fornecimento de materiais de consumo para Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

24 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

24.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão especificados no Termo de Referência item 5 **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**.

24.4 A forma de seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica.

24.5 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

25 - RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

25.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pela equipe de planejamento instituída pela **Portaria-SEI nº 466, de 17 de dezembro de 2021 (20082156)** para aquisição de materiais de consumo, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração, parte integrante deste processo.

26 - ENCARTES

26.1 - ENCARTE I - LEI GERAL DA PROTEÇÃO DE DADOS (SEI [17972556](#))

26.2 - ENCARTE II - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE (SEI [17972667](#))



Documento assinado eletronicamente por **Iza Natalia Moraes Ferreira, Técnico(a) em Química**, em 07/04/2022, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jessica Cristina Rodrigues Veloso, Técnico(a) em Química**, em 07/04/2022, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sirlan de Jesus Silva, Técnico(a) em Química**, em 07/04/2022, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ladielson Alves da Silva, Chefe de Setor**, em 07/04/2022, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Talmir Mendes de Oliveira, Chefe de Setor**, em 07/04/2022, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vania da Silva Maia, Chefe de Unidade**, em 07/04/2022, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eurico Santos Neto, Gerente**, em 07/04/2022, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Germana Modesto Cardoso de Oliveira, Chefe de Unidade**, em 07/04/2022, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20723953** e o código CRC **4E3C2797**.

Referência: Processo nº 23523.048349/2021-61 SEI nº 20723953

Criado por iza.ferreira, versão 3 por iza.ferreira em 07/04/2022 11:12:18.